

ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026

Pelo compromisso de
Portugal com a
Cooperação, a Paz e os
Direitos Humanos

Janeiro de 2026

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026 - PELO COMPROMISSO DE PORTUGAL COM A COOPERAÇÃO, A PAZ E OS DIREITOS HUMANOS

O mundo atravessa um período de instabilidade e de transformação profunda, marcado pelo agravamento dos conflitos armados, pelo aumento das crises humanitárias prolongadas, pela intensificação das alterações climáticas, pela erosão do multilateralismo e por ataques crescentes aos direitos humanos e ao espaço cívico. As desigualdades globais aprofundam-se, colocando em causa décadas de avanços no desenvolvimento humano, enquanto a confiança nas instituições democráticas é testada, dentro e fora da Europa.

Neste contexto, a Cooperação para o Desenvolvimento, a Ação Humanitária e de Emergência, a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global e a defesa de uma sociedade civil livre, independente, forte e participativa assumem uma relevância estratégica acrescida. Portugal, tendo em conta a sua história, as suas responsabilidades internacionais e os compromissos assumidos no quadro das Nações Unidas, da União Europeia e da CPLP, tem um papel a desempenhar na promoção da paz, da justiça global, da solidariedade internacional e do respeito pelos direitos humanos.

O Presidente da República, enquanto Chefe de Estado e garante do cumprimento da Constituição, desempenha um papel determinante na afirmação destes valores, quer na representação externa do país, quer na promoção de consensos internos em torno de uma política externa e de cooperação coerente, ambiciosa e alinhada com os compromissos internacionais de Portugal.

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), que representa um setor da sociedade civil ativo, diverso e comprometido com a cooperação para o desenvolvimento e a justiça global, dirige este apelo às/aos candidatas/os às Eleições Presidenciais de 2026, apelando a que assumam publicamente compromissos claros nestas áreas fundamentais.

Cooperação para o Desenvolvimento

- Promover a Cooperação para o Desenvolvimento como um pilar estratégico da política externa portuguesa, baseada nos direitos humanos, na solidariedade global e na coerência das políticas para o desenvolvimento.
- Defender politicamente a implementação e monitorização da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, valorizando o seu carácter participativo e o papel das ONGD enquanto parceiras fundamentais.
- Contribuir para o reforço do compromisso político com o financiamento público à cooperação, nomeadamente através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), em linha com os compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global

- Reconhecer a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global como um instrumento essencial para a democracia, a participação cívica informada e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

- Apoiar politicamente a implementação e o reforço da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e respetivo Plano de Ação, promovendo a sua continuidade e sustentabilidade.
- Promover a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global enquanto resposta aos desafios globais contemporâneos, como as alterações climáticas, as desigualdades, o racismo, as migrações e a paz.

Ação Humanitária e de Emergência

- Reafirmar o compromisso de Portugal com os princípios humanitários da humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência.
- Defender uma ação humanitária previsível, adequada e baseada nas necessidades, capaz de responder tanto a emergências súbitas como a crises prolongadas, garantindo uma abordagem integrada e coerente com a cooperação para o desenvolvimento e a construção da paz, centrada nas pessoas.
- Incentivar o reforço da capacidade portuguesa de resposta humanitária, em articulação com as organizações da sociedade civil e os mecanismos internacionais.

Proteção do Espaço Cívico e da Sociedade Civil

- Assumir a defesa do espaço cívico, em Portugal e no plano internacional, como condição essencial para a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.
- Denunciar ataques à sociedade civil, aos defensores de direitos humanos e às organizações humanitárias, utilizando a voz política e diplomática da Presidência da República.
- Promover o diálogo regular e estruturado com a sociedade civil organizada, reconhecendo o seu papel na definição, implementação e monitorização das políticas públicas.

Num contexto internacional marcado por uma crescente instabilidade e conflitualidade, bem como pelo desrespeito pelo direito internacional, pelo multilateralismo e pelos direitos humanos, **apelamos à promoção da paz como um princípio e um objetivo transversal, indissociável da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ação Humanitária e de Emergência, da Educação para a Cidadania Global e da proteção do espaço cívico.** Sublinhamos o papel fundamental da Presidência da República na afirmação do compromisso de Portugal com a prevenção de conflitos, a resolução pacífica de crises, a diplomacia preventiva, o multilateralismo e a centralidade dos direitos humanos, sem os quais não é possível construir uma paz justa, duradoura e sustentável, nem um futuro comum assente na dignidade e na solidariedade entre os povos.

ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA